

PLANEJAMENTO ESTATAL DO TURISMO NA CHAPADA DIAMANTINA COMO ADMINISTRAÇÃO DE CRISE¹

Planificación estatal del turismo en la Chapada Diamantina como
administración de crisis

State planning of the tourism within the Chapada Diamantina as
crisis management

RESUMO

O presente artigo se propõe a retomar aspectos do processo de modernização turística empenhada na Chapada Diamantina como planejamento estatal e desdobramentos do mesmo. Esses elementos particulares são cotejados com uma proposta de interpretação da crise da reprodução capitalista contemporânea em escala nacional e como totalidade. Daí emerge a interpretação do planejamento como administração de crise.

Palavras-chave: Chapada Diamantina; crise, planejamento.

RESUMEN

El presente artículo se propone a retomar aspectos del proceso de modernización turística comprometida en la Chapada Diamantina como planificación estatal y desdoblamiento del mismo. Estos elementos particulares son cotejados con una propuesta de interpretación de la crisis de la reproducción capitalista contemporánea a escala nacional y como totalidad. De ahí emerge la interpretación de la planificación como administración de crisis.

Palabras-clave: Chapada Diamantina; crisis; planificación.

ABSTRACT

The present article intends to retake aspects of the process of tourist modernization committed to the Chapada Diamantina as state planning and unfolding of the same. These particular elements are compared with a proposal of interpretation of the crisis of contemporary capitalist reproduction on a national scale and as a whole. Hence emerges the interpretation of planning as crisis management.

Keywords: Chapada Diamantina; crisis; planning.

Pedro Benetazzo Serrer

*Programa de Pós-graduação em
Geografia Humana (PPGH) da
FFLCH/USP*

pedroserrer@gmail.com

Artigo recebido em:

11/01/2019

Artigo publicado em:

26/01/2019

1 - Este artigo apresenta resultados da pesquisa de mestrado “Estudo sobre as imagens fotográficas da Chapada Diamantina” (cf. Serrer, 2018) realizada no Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH-USP) e que contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Planejamento estatal do turismo na Chapada Diamantina como administração de crise

Na área da antiga região das Lavras Baianas (Toledo, 2008) as transformações da estrutura econômica e política que se operavam em âmbito nacional a partir de 1930 (Oliveira, 2008 e 2013), não se deram internamente à própria região, tendo esta participado de tal processo como provedora de força de trabalho para a formação da superpopulação relativa (Marx, 1996) das metrópoles nacionais. Apenas quatro décadas depois alguns elementos desse processo passam a chegar à área, para o que a cidade de Lençóis foi uma centralidade, prenunciando algumas características das mudanças que se operaram lá a partir de então. Para além das criações de ordem institucional e infraestruturais que o Estado nacional passa a promover, é importante atentar para o fato de que a partir de meados dos anos de 1960 passam a chegar na área das Lavras Baianas um maior número de indivíduos (transformando quantidade em qualidade, pode-se dizer) que personificam (Marx, 1996) lugares sociais condizentes com a modernização urbano-industrial em âmbito nacional e internacional. Não se trata de qualquer fortuita coincidência ou genialidade personalista aquilo que fundamenta as práticas de tais personas naquele momento, mas uma base social material que diz respeito aos desdobramentos da acumulação capitalista em escala internacional. De modo sintético, pode-se dizer que passam a

chegar na área das Lavras Baianas indivíduos que compõem as classes médias metropolitanas, os filhos da segunda revolução industrial.

Provavelmente as pessoas que ganharam maior destaque nesse processo de (trans)formação da Chapada Diamantina tenham sido os três voluntários do Peace Corps² que trabalharam em Lençóis a partir de 1965. O primeiro dos voluntários é David Blackburn, que permaneceu por três anos na cidade. O segundo será Steve Horman, voluntário que chega à cidade no início dos anos de 1970 e terá participação decisiva no processo de patrimonialização de Lençóis, que se consuma no ano de 1973. Mas não são apenas os “gringos” que chegam à área neste momento, ela é descoberta também pela classe média brasileira, sobretudo soteropolitana e brasiliense, além também dos grandes centros urbanos do Centro-Sul. Data, por exemplo, da década de 1970 a formação das primeiras comunidades alternativas da Chapada Diamantina (cf. Brito, 2005). À chegada dessas personas em Lençóis concorrem algumas obras infraestruturais determinantes: a primeira delas é a construção da rodovia asfaltada BR-242, ligando Brasília, e a massa de tecnocratas que abriga, a Salvador, então principal destino turístico nacional. Lençóis passa a ser uma opção de parada para descanso dos veranistas que faziam o trajeto de automóvel entre as duas cidades, sobretudo depois da construção da Pousada de Lençóis no final da década de 1970.

2 - O Corpo da Paz é um programa de cooperação estadunidense criado no início dos anos 1960, durante o governo de John Kennedy e estava inserido no conjunto da política internacional dos EUA que ficou conhecida como Aliança para o Progresso (Brito, 2005).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

3 - É importante mencionar que a Bahia consubstanciou uma espécie de modelo do desenvolvimento do turismo no Brasil, Salvador foi uma das primeiras cidades brasileiras a contar com uma secção na administração municipal para o assunto (em 1930 foi criada a Secção de Turismo da Diretoria do Arquivo e Divulgação), bem como colocou em prática uma lei específica para captação de fundos para reinvestimento na área em 1951 (a “taxa do turismo”), além de ter feito o primeiro plano diretor de turismo do país em 1954. Em Lençóis também se criou um Conselho Municipal de Turismo (CMT) em 1961, no entanto a iniciativa não redundou em nenhuma transformação efetiva até 1972, quando a cidade passou a pleitear sua patrimonialização através da figura jurídica do CMT.

Sobre o choque entre os estrangeiros e os habitantes locais vale a observação de Brito:

Algumas destas pessoas provocaram um estranhamento na cidade ao trazerem comportamentos considerados bastante liberais para uma sociedade profundamente conservadora como o fato de pessoas do mesmo sexo beijarem-se em público e fumarem maconha. Chocados, os moradores passaram a rotular de gays tanto estas pessoas quanto todas aquelas “de fora” que vieram morar em Lençóis. (Brito, 2005, p. 128).

Mas, se a “turma dos gays” e os turistas chamavam atenção pelo estranhamento com os hábitos locais, também atraíam os lençoenses por outro motivo: significavam a possibilidade de engorda da dispensa familiar em uma localidade profundamente pauperizada. Isso aparece no relato de um guia de Lençóis sobre a época em que era criança. Durante entrevista realizada em trabalho de campo (2016) esse guia comentou:

Guia: [...] Nós todos tínhamos parentes na porta do hotel. Porque também tinha uma outra coisa, o pessoal de Brasília, quando eles desciam de Brasília, eles traziam muita coisa, e também muita comida. Entendeu? Isso também levava a gente para ir pra frente do hotel.

Pesquisador: Por que eles paravam no hotel? Para pousar de noite?

Guia: Pra pousar e a gente ganhava muita coisa. Porque a vida de garimpeiro não era um mar de rosas. Entendeu? Tinha época que o bicho pegava. Então a gente se acostumava [...].

Mas não são apenas os “gringos” e a classe média nacional no gozo de seu tempo livre que chegam a Lençóis nesse período. A partir de meados dos anos de 1960 teve início a organização institucional daquilo que Lúcia Aquino de Queiroz (2002) nomeia “Sistema de Turismo Estadual” na Bahia³, no que se destaca a criação do Departamento de Turismo vinculado à Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviços Urbanos, cuja finalidade era elaborar

o “Plano Estadual de Fomento ao Turismo”, além de supervisionar as Estâncias Hidrominerais do estado. Em 1968 foi criada a Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S/A (Bahiatursa), mais tarde renomeada como Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa), cujo objetivo original era o incentivo à construção de estabelecimentos de hospedagem no estado, em seguida expandido suas atribuições. Já

A partir de 1974, verifica-se a primeira tentativa de ação planejada do Governo do Estado na região com o objetivo de interiorizar e promover o desenvolvimento do turismo ao deslocar para a Chapada Diamantina uma equipe técnica – da Coordenação de Fomento ao Turismo, ligada à Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa) – integrante do projeto “Identificação do Potencial Turístico do Estado” para realizar um diagnóstico dos municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê que resultou no documento “Chapada Diamantina, uma avaliação prévia para a implantação do turismo nos municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê” que além de analisar as principais atividades econômicas dos referidos municípios também efetua o levantamento fotográfico da área urbana, do artesanato, das manifestações culturais e dos principais casarões destas cidades (Brito, 2005, p.124).

Será baseada neste projeto que a Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A. (EMTUR), órgão subsidiário da Bahiatursa, construirá a Pousada de Lençóis e outros quinze empreendimentos espalhados pelo interior do estado. Segundo Brito,

A Pousada de Lençóis foi inaugurada em 20.02.79 com 18 apartamentos. Foi administrada pelo Governo do Estado durante 3,5 anos, sendo, posteriormente arrendada a um ex-diretor da Bahiatursa, em 01.10.82, que promoveu a ampliação de suas instalações de 18 para 36 apartamentos e tornou-se proprietário deste estabelecimento, sete anos depois (Brito, 2005, p.126-127).

A Pousada de Lençóis é resultado emblemático da ação de outro ator social que entra em cena na Chapada Diamantina nos anos de 1970, trata-se do Estado-Providência, conforme Francisco de Oliveira (1988). O

autor se vale do termo em seu artigo “O Surgimento do anti-valor” para se referir à transformação do Estado nacional a partir do pós-guerra nos países centrais do capitalismo e que o autor via chegar em seu limite no final dos anos 1980. O Estado-Providência

[...] pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais [...] o fundo público é agora um ex-ante das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter ex-post típico do capitalismo concorrencial. Ele é a referência pressuposta principal, que no jargão de hoje sinaliza as possibilidades da reprodução. Ele existe “em abstrato” antes de existir de fato: essa “revolução copernicana” foi antecipada por Keynes, ainda que a teorização keynesiana se dirigisse à conjuntura. A per-equação da formação da taxa de lucro passa pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível” (Oliveira, 1988, p. 8-9).

Interessa notar que a construção da Pousada de Lençóis e o planejamento estadual do turismo na Bahia não são ações isoladas ou descontextualizadas. Estão inseridas no bojo de uma política nacional de planejamento econômico que tem à frente a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), criada em 1966, como empresa pública vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio (cf. Queiroz, 2002). Tendo em vista este dado vale relembrar a caracterização do terciário brasileiro e seu lugar na industrialização do país em um período que praticamente toda ação de planejamento estava voltada para o desenvolvimento do secundário. Sobre isso Francisco de Oliveira escreverá o seguinte:

A solução é encontrada fazendo os serviços crescerem horizontalmente, sem quase nenhuma capitalização, à base de concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários, que na verdade não estão mais que vendendo sua força de trabalho às unidades principais do sistema, mediadas por uma falsa propriedade que consiste numa operação de pôr fora dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços. É possível encontrar, ao nível da prática das instituições que modelaram o processo de acumulação no Brasil, transformadas em critérios de prioridades, as razões enunciadas: não existe, em toda a legislação promocional do desenvolvimento, nem nos critérios de atuação dos diversos organismos governamentais, nenhuma disposição que contemple prioritariamente a concessão de créditos, a isenção para importação de equipamentos, a concessão de incentivos fiscais, as disposições de natureza tarifária, destinadas a elevar a capitalização dos serviços (com única exceção da Embratur, há pouco criada) [...] (Oliveira, 2013, p. 68).

A interpretação acima sugere um questionamento, que o calor do processo analisado (o texto em questão foi publicado por Francisco de Oliveira em 1972) certamente dificultava a formulação: quanto do caráter excepcional atribuído à criação da EMBRATUR em verdade não escondia o prenúncio das transformações do regime de “acumulação” do colapso da modernização (Kurz, 1992)? Essa questão fica guardada por ora e o desenvolvimento da presente análise lidará com ela mais adiante. O fato é que não se tratava apenas de uma política econômica brasileira, já que o país buscava se adequar às possibilidades abertas de internalização de capitais em escala internacional:

Já naquela época idealizava-se a constituição de um programa turístico para o Nordeste que contasse com o apoio dos EUA e financiamento do BID. Sabia-se que, desde 1968, o BID havia adotado uma política de atendimento de pedidos de empréstimos para projetos turísticos, especialmente daqueles mediados por planos



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

oficiais e que se destinassem à infra-estrutura. Com essa visão, dirigentes das empresas de turismo dos estados da Bahia [...], Pernambuco e Ceará, reunidos com membros da SUDENE e do Banco do Nordeste, tomaram a decisão de realizar uma viagem aos EUA com o objetivo de ver de perto o que ali se fazia na área do turismo, no âmbito do programa Companheiros das Américas (Queiroz, 2002, p. 113).

Já na esfera mais abrangente da economia nacional brasileira a crise inflacionária se estendeu até 1967 (cf. Oliveira, 2013) e só seria estancada em 1968, com a adoção da política econômica anticíclica dos militares de estímulo à produção com aumento de gastos estatais na concessão de crédito ao empresariado, sobretudo para a indústria. Para Francisco de Oliveira (2013) tais créditos visavam remediar o descompasso entre os departamentos I e II da economia brasileira, uma vez que os setores voltados aos chamados bens de capital se encontravam desestruturados, entre outros motivos por conta dos anos de recessão sem adequação técnica. A adequação produtiva empreendida se fez através da importação de meios de produção necessários à alavancagem da produção, o que para o autor, no entanto, representaria uma barreira ao pretense crescimento interno do Brasil. O resultado disso foi o aumento da dependência das exportações, importantes na busca de equilibrar a balança comercial nacional, o que significava que a produção industrial nacional passava a concorrer internacionalmente com capitais mais produtivos, de modo que as taxas de lucro somente se mantiveram estáveis através de políticas de sub-

sídio.

Esse subsídio, numa situação em que os preços internos crescem mais que os preços externos é, de certa forma, uma esterilização de capital, viabilizada pela chamada política de câmbio flexível. Essa esterilização de capital aparece na contabilidade das empresas como lucro, mas na contabilidade nacional é uma transferência da conta do Governo para a conta de capital das empresas, já que é renúncia a um imposto (no fundo ela é uma transferência da conta das famílias, intermediada pelo Governo) (Oliveira, 2013, p. 104).

E,

Com o subsídio, aumentam-se as exportações, buscando melhorar as reservas internacionais do país, a fim de melhorar a capacidade de barganha internacional; mas somente os ingênuos podem continuar acreditando que o comércio internacional é realmente multilateral: o que é multilateral é o sistema de pagamento desse comércio, mas, no fim das contas, os países que se abrem para as nossas exportações esperam tratamento idêntico de nossa parte para as suas (Oliveira, 2013, p. 105).

O resultado dessas medidas foi o descompasso da balança comercial e o aumento ao recurso do crédito externo casado com a renúncia fiscal interna. O dito “milagre econômico” teria sido marcado por outra mudança importante: o ritmo da acumulação imposta pela indústria monopolista demandava uma fluidez monetária que é contradita pelo princípio da poupança, quer dizer, era preciso fazer circular o capital monetário retido em poupança para a manutenção desse padrão de acumulação. Esse intento só pode ser posto em prática através da organização e crescimento substantivos do mercado de capitais, porém tal mudança resultaria em

Um complicado sistema montado, com a progressiva assunção ao primeiro plano dos bancos de investimento, que são a estruturação da expansão das empresas monopolísticas. Sem embargo, o mercado financeiro transformou-se ele mesmo em ativo competidor dos fundos para a acumulação: a aplicação meramente financeira começou a produzir taxas de lucro muito mais altas que a aplicação produtiva e, de certo modo, a competir

com a alocação dos recursos.

[...]

Em poucas palavras, um mecanismo circular que proporcionou o “deslocamento” das órbitas financeira e real impede que a primeira sirva de fonte de acumulação para a segunda. O elemento de “confiabilidade” dos papéis passa a ser estratégico nessa conjuntura, quando sua função seria meramente acessória (Oliveira, 2013, p.102).

Está posta assim a contradição: como manter taxas de juros convidativas ao investidor sem com isso minar os investimentos na produção pelos investimentos no mercado financeiro? A ascensão do mercado financeiro e sua sobreposição à produção, do modo como apresentado pelo autor, parece questão de complicada solução, porém contornável por uma razão econômica planificadora, até mesmo de um ponto de vista dito socialista. De nossa perspectiva é fundamental rever tal interpretação de modo a considerar os desdobramentos decisivos da terceira revolução industrial⁴ para o regime de acumulação do capitalismo mundial.

Para tanto é importante re- tomar, ainda que brevemente, os fundamentos da teoria do valor marxista, tendo a finalidade de explicitar a natureza das transformações que se operam definitivamente neste momento, qual seja, a desvinculação entre o dinheiro e sua substância social, o trabalho. Processo esse vinculado à lógica interna da acumulação capitalista, que Robert Kurz (2002) chamou ironicamente de “ascensão do dinheiro aos céus”. Esse processo tem a ver com a concorrência entre capitais e a contradição entre capital e trabalho no interior das relações de produção. Isso porque o sentido social que essas disputas

tomam é o da busca sem limites por maior produtividade, já que somente deste modo um capital pode manter-se na concorrência ao mesmo tempo que exerce pressão para o rebaixamento dos salários, tendo em vista a expulsão de trabalho vivo do processo produtivo.

De modo geral, o incremento da produtividade se dá através do incremento técnico do processo produtivo, da racionalização do mesmo, redundando na expulsão de trabalho vivo. Em linguagem conceitual é o aumento da composição orgânica do capital (Marx, 1996), ou seja, o aumento da razão entre o quantum de capital constante (trabalho morto) e o quantum de capital variável (trabalho vivo) na composição do capital. A partir daí estamos diante da contradição imanente da forma da relação social capitalista: quanto mais produtivo o capital (e o sentido da reprodução social mediada pela mercadoria é que os capitais busquem maior produtividade para manterem-se na concorrência) tanto menos ele explora trabalho vivo, ou seja, tanto menor é sua taxa de lucro (razão do quantum de trabalho não pago ao trabalhador pelo total de investimentos do capital), ainda que sua taxa de mais-valia (razão do quantum de trabalho não pago aos trabalhadores pelos salários) tenda a continuar crescendo. Quer dizer, o capitalismo tem como imanência de sua contradição em processo a queda tendencial das taxas de lucro (Marx, 1996). Até aqui reproduzimos uma das descobertas de Marx expostas no terceiro li-

4 - Chamada de “revolução da microeletrônica” por Robert Kurz (2002) ou de “revolução molecular-digital” por Francisco de Oliveira (2013).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

vro de *O Capital* (1996). O que Robert Kurz sugere é que desde o entreguerras a reprodução do capitalismo mundial esbarra de modo definitivo nos limites impostos pela queda da taxa de lucro, isso porque

Tanto os custos preliminares de capital quanto os custos da infra-estrutura social necessária subiram a partir da Segunda Guerra Mundial a níveis tão astronômicos que se tornaram proibitivos para a esmagadora maioria dos países já no início dos anos 70. Portanto, em muitos casos a expansão fordista interrompeu-se no início ou a meio caminho. As importações de bens de investimento empresariais ou infra-estruturais deviam ser antecipadamente financiadas por créditos e os processos produtivos desenvolvidos não conseguiam sequer pagar os juros destes créditos. O resultado foi a famigerada crise das dívidas do Terceiro Mundo (Kurz, 2002, p. 14).

Olhando bem o argumento de Kurz percebe-se que existe um processo histórico que vai do salto produtivo das guerras mundiais e tem seu ponto de viragem no início dos anos 1970. Nesse meio tempo a expansão territorial da relação capital por grande parte do globo parece ter viabilizado uma acumulação suficiente para compensar a sangria dos déficits impostos pelo desenvolvimento monstruoso da mais valia relativa⁵. No entanto, Kurz aponta que a partir da revolução da microeletrônica isso deixa de fazer sentido. Os últimos suspiros produtivos do capitalismo em termos sociais gerais (quer dizer, não interessa aqui averiguar a produtividade de qualquer capital individual) são silenciados definitivamente. O gigantesco salto produtivo desencadeado pela revolução microeletrônica que ultrapassa os padrões fordistas de acumulação, acaba também com qualquer possibilidade de valorização do valor, culminando em uma crise

qualitativamente distinta, uma crise de dessubstancialização (Kurz, 2002). Ainda assim, a crise insolúvel não significa o fim definitivo da forma social, que se mantém de forma ficcionalizada:

O limite absoluto não aparecerá sob a forma duma simples aceleração linear da “queda tendencial”, de modo que o capitalismo seja abandonado com resignação pelo management, por falta de rentabilidade. Antes, atingido o limite absoluto, finda também a acumulação absoluta de “valor” em geral. Em termos substanciais: a taxa de lucro não “diminui”, mas deixa totalmente de existir, com o desaparecimento de massas suplementares de valor. O conceito torna-se sem sentido. Ao mesmo tempo, o processo de acumulação continua ainda formalmente por um certo período (e assim são auferidos lucros em termos formais), mas já sem nenhum vínculo com a substância real do valor (em queda), guiado apenas pela agora incontrolada criação de “capital fictício” e de dinheiro sem substância, nas suas diversas formas fenomênicas (Kurz, 2002, p. 15).

Francisco de Oliveira, em seu ensaio “O surgimento do antivalor”, de 1988, abordou a questão do descolamento do dinheiro de seu fundamento social demonstrando o papel do Estado keynesiano, a partir do uso daquilo que chama de fundo público, na gestão da crise de valorização (ainda que não trate da questão como crise de valorização, já que para ele há acumulação) ao operar a antecipação daquilo que seria o lucro:

O que torna o fundo público estrutural e insubstituível no processo de acumulação de capital, atuando nas duas pontas de sua constituição, é que sua mediação é absolutamente necessária pelo fato de que, tendo desatado o capital de suas determinações autovalorizáveis, detonou um agigantamento das forças produtivas de tal forma que o lucro capitalista é absolutamente insuficiente para dar forma, concretizar, as novas possibilidades de progresso técnico abertas (Oliveira, 1988, p. 16).

Os termos da luta de classes se recolocam então como disputa pelo fundo público, não mais como disputa pelo trabalho excedente internamente à

5 - De alguma forma estamos diante do “ajuste espacial” proposto por David Harvey (2005).

produção propriamente dita, já que:

[...] no fundo, levado às últimas consequências, o padrão do financiamento público “implodiu” o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral (Oliveira, 1988, p. 14).

O fundo público sustenta desta maneira a reprodução do capital e também da força de trabalho. Ao sustentar a reprodução do trabalhador, ainda que parcialmente, o fundo público o faz “como antimercedorias sociais, pois sua finalidade não é a de gerar lucros, nem mediante sua ação dá-se a extração da mais-valia” (Oliveira, 1988, p. 15). Quer dizer, do ponto de vista do autor a reprodução da força de trabalho nesses termos seria uma negação da mercadoria como mediação social e no limite aparece em seu argumento como uma visada de horizonte que aponta para a superação do capitalismo:

Quando todas as formas de utilização do fundo público estiverem demarcadas e submetidas a controles institucionais, que não é o equivalente ao Superior-Estado ou ao Estado Máximo, então o Estado realmente se transformará no Estado Mínimo. Trata-se da estrutura de um novo modo de produção em sentido amplo, de uma forma de produção do excedente que não tem mais o valor como estruturante. Mas os valores de cada grupo social, dialogando soberanamente. Na tradição clássica é a porta para o socialismo (Oliveira, 1988, p. 28).

A tomada de posição pelo estabelecimento dos “controles institucionais” de uma democracia, quer dizer, por uma “economia de mercado socialmente regulada”, está justificada no texto pelo desastre da opção por deixar a sociabilidade capitalista em crise largada à própria sorte, correndo o risco de “transformar-se numa tormenta selvagem na qual sucumbiriam

juntos a democracia e o sentido de igualdade nela inscrito desde os tempos modernos” (Oliveira, 1988, p. 27). De fato, o alerta já se fazia realidade no momento da publicação do artigo, quando o pêndulo político apontava para o desmanche do Estado de bem-estar social dos países centrais e da parca estrutura produtiva pública da periferia. Quer dizer, a disputa pelo fundo público estava sendo ganha pelo neoliberalismo, daí um posicionamento reativo e de defesa regulacionista da autonomia (na perspectiva aqui assumida, autonomização (Marx, 1996)) da política em relação à economia.

Todavia, para ser consequente teórico-praticamente, seria o caso de se perguntar: se o capital depende do fundo público (Estado) para acumular (ou para parecer que acumula) de que dinheiro é composto o fundo público? Ou melhor, o que é o dinheiro do fundo público? Neste particular Francisco de Oliveira se aproxima da crítica do dinheiro empreendida por Aglietta e Orléan apresentada no livro *A violência da moeda*, ainda que no caso de sua interpretação tenha se dado como processo histórico de descolamento (uma “revolução copernicana” (Oliveira, 1988, p. 9)), enquanto no caso dos primeiros o dinheiro parece entendido como espécie de signo puro, sem significante, separado de qualquer prática social que não sua própria troca. Isso implicaria na interpretação do valor como simples inverdade, o que não é exatamente o caso de Francisco de Oliveira, que



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

entende a relação mercantil em perspectiva histórica:

De fato, a desmercantilização da força de trabalho opera no sentido da anulação do fetiche: cada vez mais, a remuneração da força de trabalho é transparente, no sentido de que seus componentes são não apenas conhecidos, mas determinados politicamente. Tal é a natureza dos gastos sociais que compõem o salário indireto, e a luta política se trava para fazer corresponder a cada item do consumo uma partida correspondente dos gastos sociais. Não há fetiche, neste sentido: sabe-se agora exatamente do que é composta a reprodução social. Ou, em outras palavras, a fração do trabalho não-pago, fonte da mais-valia, se reduz, socialmente. Mas, pareceria ironia dizer que o mundo contemporâneo é completamente desfeticizado, pois a sociedade de massas parece a feticização elevada à enésima potência. Pode-se, apenas, sugerir que no lugar do fetiche da mercadoria colocou-se um fetiche do Estado, que é finalmente o lugar onde se opera a viabilidade da continuação da exploração da força de trabalho, por um lado, e de sua desmercantilização, por outro, escondendo agora o fato de que o capital é completamente social (Oliveira, 1988, p. 19).

Ainda assim, a passagem acima revela uma compreensão teórica do conceito de fetiche importante de ser discutida. A sobredeterminação da política faz com que o fetichismo da mercadoria seja compreendido como campo de manobra dos sujeitos da relação, campo no qual se nublarla a relação entre o trabalho como fundamento social do valor e o dinheiro como sua expressão. É o campo da negociação e da mentira do qual o capitalista se valeria na relação com o trabalhador para extrair a mais-valia da força de trabalho e que estaria se desmanchando com a incapacidade do capital se autovalorizar e de sua dependência para com o fundo público. O que não se desmancha na interpretação acima é o trabalho como contínuo trans-histórico, do contrário seria compreendida como contradição em termos a ideia de uma desmer-

cantilização do mundo no qual se remunera força de trabalho. Somente entendendo o trabalho como ontológico pode-se esperar que, sendo conhecedora de sua “transparente” fonte de remuneração (o dinheiro impresso pelos bancos centrais) a força de trabalho continue se mobilizando cotidianamente para a produção concreta de sua “sobrevivência ampliada” (Debord, 1997) como mercadorias desmercantilizadas! Que o Estado nacional seja uma estrutura fundamental da mistificação social não resta dúvida, mas imputar somente ao dito “fetiche de Estado” a manutenção da exploração do trabalho, salvaguardando este da crítica, revela o limite distributivista da mesma.

A sobreposição do mercado financeiro aos capitais produtivos e o volume crescente de crédito estatal injetado na economia deixam de ser uma questão de opção tecnocrática, política ou ideológica e passa a ser a forma do capitalismo quando este já não pode mais repor seus fundamentos. Nesse sentido, a ascensão do dinheiro aos céus é a chave interpretativa também para pensarmos a ascensão do turismo como atividade econômica no capitalismo do pós-guerra. No limite o turismo é mais uma maneira de disputar a internalização dos excedentes monetários mundiais cada vez mais fictícios (Kurz, 1992), sob diversas formas como, por exemplo, empréstimos de bancos de desenvolvimento e/ou salários polpudos de trabalhadores improdutivos (Kurz, 2002) bem remunerados gastos

no gozo de suas férias). Nesse sentido o turismo pode ser caracterizado como mais uma das formas de gestão de crise do capital pelo Estado nacional, que no caso brasileiro passa a planificar seu desenvolvimento com maior intensidade justamente no momento em que a crise de dessubstancialização se consolidava como ponto sem volta na história do desenvolvimento do capitalismo mundial.

No caso do turismo em Lençóis, são reveladores os comentários de Mestre Osvaldo⁶ lembrados por Carlos de Almeida Toledo (2008) a partir de sua pesquisa de campo. Como herdeiro de uma família de proprietários de terras na cidade, ele apontava como o turismo era interessante para os donos de imóveis pois, assim como no garimpo, as pessoas atraídas pelo turismo eram cheias de esperança e movimentavam o mercado imobiliário da cidade. A comparação entre a esperança do garimpeiro e a esperança dos empresários do turismo é um interessante indício do poder mobilizador do dinheiro, mas também pode esconder (ao fazer a aproximação) as importantes diferenças que se constituíam naquele momento.

A prática social da esperança no caso do garimpeiro era o trabalho na serra, submetido às relações de trabalho aqui entendidas como regionais (Serrer, 2018); enquanto aqueles que chegam para trabalhar com o turismo manifestam socialmente sua esperança investindo capital, quer dizer, querendo fazer de dinheiro mais dinheiro. De tais investidas no turismo, se-

ria possível enumerar uma série de empreitadas frustradas que mais não representaram que dissipação de poupanças familiares ou endividamento. Ainda que venham para se inserirem como trabalhadores e não empresários, normalmente estas pessoas já vivem plenamente monetarizadas, completamente dependentes do mercado para suprir suas necessidades e se comportam como portadores do próprio “capital humano” – termo do vocabulário do empresariado e dos administradores locais, queixosos da falta da famigerada “mão-de-obra qualificada”. Para além disso, o comentário de Mestre Osvaldo revela um novo momento da autonomização das categorias do capital (cf. Marx, 1996), ou seja, a separação das personas que representam a terra daquelas que representam o capital. Ou seja, o seu discurso representa claramente o lugar social de uma parte da classe dominante local que antes congregava a personificação dessas duas categorias mas que se autonomiza exclusivamente como proprietária da terra.

Mas, se o Estado nacional já é em si o gestor das contradições imanentes da forma social capitalista, tanto pior quando produz contradições concretas dentro de sua própria estrutura administrativa, o que se dá devido às suas autonomizações internas. Em 1975 (um ano depois da Bahiatursa ter enviado seu corpo técnico para a antiga área das Lavras Baianas a fim de avaliar sua potencialidade turística e dois anos após a patrimonialização de Lençóis, ambos

6 - “Mestre’ Osvaldo, como é chamado entre a população, foi uma importante figura em Lençóis. Montou em sua própria casa um museu, aludindo à cidade e ao garimpo, e foi referência para todos os pesquisadores de Lençóis e da Chapada Diamantina, por seus depoimentos e do acervo que disponibilizava. Mestre Osvaldo faleceu em 2011.” (Mangili, 2015, p. 94)



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

processos marcados também pelo destaque dos atributos naturais da área) a Secretaria de Minas e Energia do mesmo governo do estado da Bahia passa a desenvolver sondagens para projetos de mineração nas cidades de Rio de Contas, Andaraí e Lençóis (Mangili, 2015). Sobre isso Brito (2005) afirma:

Enquanto fomentava o desenvolvimento da atividade turística, o governo do estado também promovia a implantação do garimpo mecanizado que entrou em operação na Chapada Diamantina, no início da década 80, com a chegada da Companhia Tijucana (de Diamantina – MG) a serviço da estatal Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM, sendo responsável pela vinda à região de um significativo contingente de donos de máquinas e garimpeiros provenientes de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e de outros estados (Brito, 2005, p. 133-134).

O garimpo de draga (garimpo mecanizado) (Serrer, 2018) durou pouco menos de duas décadas na antiga área das Lavras Baianas (salvo exceções pontuais de garimpos pretensamente controlados ambientalmente, sobretudo na cidade de Andaraí) e teve desde seu início a oposição dos movimentos ambientalistas que se constituíam na área, relacionados a uma parcela da classe média metropolitana recém-chegada. Fato é que o garimpo de draga se consubstanciou como uma das poucas alternativas possíveis de acesso a dinheiro para uma comunidade profundamente desmonetizada em um momento que o país começava a colher os frutos podres do “milagre econômico” dos militares. Incapaz de internalizar a acumulação, mesmo porque em termos globais essa já se mostrava impossível como processo de valorização do valor, o país passa a amargar uma crise econômica, fruto da impossibilidade de

saldar suas dívidas externas. É a chamada “crise das dívidas” mencionada acima. Nesse período, que se caracteriza pelo processo inflacionário que se estende até os primeiros anos da década de 1990, as políticas de desenvolvimento do turismo, tanto em âmbito federal, quanto no estado da Bahia, passam por cortes de investimentos e paralisações.

Mas, se por um lado o governo estadual da Bahia mantinha ações concomitantes e contraditórias, fomentando na mesma área as atividades do turismo e da mineração, o governo federal contribui para a complexificação do quadro através da criação em 1985 do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), cuja área de preservação coincidia em partes com as áreas de garimpo mecânico e também do garimpo dito “tradicional”, o garimpo de serra manual.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) situa-se no centro do Estado da Bahia (BA) e foi criado pelo Decreto Federal Nº. 91.655, de 17 de setembro de 1985, ocupando uma área de aproximadamente 152.400ha. Seu objetivo, segundo o Decreto de Criação, é proteger amostras representativas da serra do Sincorá, uma das feições que compõem a chapada Diamantina que, por sua vez, faz parte da serra do Espinhaço. Além disto, o Parque é uma área rica em nascentes, em uma região seca, e tem exuberante beleza cênica, tornando-o atraente para o turismo (Instituto Chico Mendes, 2007, p. 2)

O PNCD, à escala local, resulta da militância dos ambientalistas da Chapada Diamantina, com destaque dado ao terceiro voluntário do Peace Corps em Lençóis, Roy Funch, que havia chegado na cidade em 1978. Segundo Brito,

Traduzindo as mudanças ocorridas no Peace Corps (Corpo da Paz), que nos anos 70 passou a recrutar voluntários mais qualificados, Roy Funch chega a Lençóis com formação em bioquímica

e especialização em fitofisiologia. Inicia seu trabalho, colocando em prática medidas voltadas para a proteção dos recursos naturais da região diante da ação dilapidadora em curso e também para dar vazão a um tipo de turismo que pressupõe a realização de caminhadas e, ao mesmo tempo, o respeito à natureza. Tudo começou quando numa das idas ao Capão, segundo ele “vi o Vale e a beleza da região e pensei: se fosse nos EUA seria um parque, daí surgiu a ideia, porque não também aqui?” (Brito, 2005, p. 129).

Em entrevista a Brito, Funch afirma:

[...] encontrei Lençóis e Mucugê mergulhadas numa pobreza absoluta com muita gente migrando, só ficando crianças e velhos. Devido à pobreza todo mundo tirava uma lasca da serra, seja caçando, retirando madeira ou diamante. Era tradição garimpeira, totalmente extrativista” (Brito, 2005, p. 129).

À parte o real estado de penúria ao qual as pessoas encontravam-se expostas, é importante entender a ideia de riqueza que subjaz na afirmação do ex-voluntário: o acesso direto aos recursos aparece como sinônimo de pobreza. O que se dá a entender deste ponto de vista é que a riqueza é maior quanto maior a possibilidade de acesso às coisas mediado pelo dinheiro. Do que vale se perguntar: acessar os elementos de sua reprodução material como mercadorias resolve os problemas do extrativismo? Uma análise simplória de nosso cotidiano de consumo evidencia, por exemplo, nossa total sujeição à cadeia produtiva da indústria monopolista do petróleo!

Não é por menos que o ex-voluntário do Peace Corps e primeiro diretor do PNCD entende que “foram os turistas que ensinaram os moradores de Lençóis a ver a serra”⁷ quando relatava como os garotos da cidade seguiam os primeiros grupos de turistas, sobretudo os tecnocratas baianos que se hospedavam na Pousada de

Lençóis, os quais ele guiava para as cachoeiras do entorno. Segundo Funch, o encanto dos turistas pelas belezas naturais e o dinheiro que ele como guia amealhava educavam o olhar dos moradores locais. Em outros termos, é possível afirmar que é o olhar estrangeiro e urbano industrial, que primeiro enxerga o caráter turístico da Chapada Diamantina e seu potencial econômico⁸.

Se entre 1930 e o final dos anos 1960 a área estudada participou da modernização industrial brasileira como fornecedora de força de trabalho para as metrópoles, onde a acumulação se realizava, ganhando assim a aparência de ter se estagnado no momento regional alguns atributos legados como estética advindos desse esquecimento, sobretudo no que diz respeito à arquitetura e à “natureza” (ainda que a primeira deteriorada pela desmonetização e esvaziamento da cidade, e a segunda “intocada” apenas aos olhos dos desavisados, já que profundamente transformada por mais de um século de atividade garimpeira), tal se torna uma espécie de matéria-prima para sua inclusão nos planos de modernização turística do estado da Bahia. Em um exercício elucubrativo exagerado, não é difícil de imaginar que, se por algum motivo a Chapada Diamantina não tivesse passado pela chamada regressão econômica, tais atributos certamente não existiriam mais, pois teriam sido solapados por uma “modernização positiva”, que na década de 1970 finalmente começava a chegar na forma do turismo.

7 - Entrevista concedida em trabalho de campo durante o segundo semestre de 2016.

8 - Durante a consolidação do turismo a mobilização do trabalho no ramo na Chapada Diamantina se firma como prática estatal através principalmente das instituições de ensino, desde a escola primária até os cursos de formação profissional para o ramo propriamente dito, como aqueles ofertados pelo Senac instalado em Lençóis.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

É interessante lembrar que em 1987 Francisco de Oliveira identificava que o frágil elo entre a classe trabalhadora baiana (que para ele se constituiu em Salvador e no Recôncavo a partir da instalação da Petrobras em 1950) e sua representação dava sinais de ser um “elo perdido”. Decerto porque a promessa da proletarização em massa foi posta à deriva pela crise do trabalho (Kurz, 1992), ainda que Oliveira (1987) não argumente propriamente neste sentido. O mesmo não está longe de ser verdade para a Chapada Diamantina, isso porque nela a “protoclasse” se transforma diretamente em “pós-classe”.

A trajetória da classe começou com uma protoclasse, atingiu seu auge nos dias do vigor da industrialização Petrobras+petroquímica, e transformou-se em pós-classe: virou pobreza. Na cada vez mais bela Salvador, fora dos olhares do turista, que vai do Aeroporto Dois de Julho/Luís Eduardo Magalhães pela orla magnífica, escondem-se favelas sem fim, onde moram os 27% de desemprego. [...] O desencanto mercantil reencanta-se no carnaval [...]. Para o observador mais arguto, a enganação dura pouco: logo se percebe que os blocos, trios elétricos, afoxés são compostos por brancos – mesmo que seja difícil definir quem é branco no Brasil, da mesma forma que é igualmente temerário definir quem é negro – e que o cordão de segurança é formado por negros. [...] A casa-grande se diverte, garantida pela senzala, e a nova síntese é Gilberto Freyre com Gilberto Gil (Oliveira, 2003, p. 13-14).

Nem mesmo os planejadores do turismo chegam a vislumbrar a formação do trabalho, nos termos de uma generalização do assalariamento por exemplo, como possibilidade para a área. O que parece estar em questão é a monetização das relações, a inclusão definitiva da Chapada Diamantina na sociabilidade de mercado, mesmo que seus moradores não tenham garantia alguma de que terão os meios para poder participar dela, pelo

menos não sem serem como marginalizados. Para dizer em outros termos: são empurrados a tornarem-se consumidores num quadro geral de possibilidades e expectativas decrescentes de que possam se engajar na reprodução social também como trabalhadores.

Neste sentido, é importante retomar a interpretação dada ao subdesenvolvimento por Francisco de Oliveira:

Como a singularidade e não elo na cadeia do desenvolvimento, e pela “consciência”, o subdesenvolvimento não era, exatamente, uma evolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjugação de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos. Por isso mesmo, havia uma abertura a partir da luta interna de classes, articulada com uma mudança na divisão internacional do trabalho capitalista (Oliveira, 2013, p. 127).

Em 2003, quando o autor lança seu artigo “O ornitorrinco”, essa abertura já não parece mais uma possibilidade, a complexificação das relações com a economia internacional e a estrutura político-econômica brasileira já a inviabilizava completamente. No entanto, a “abertura” ainda vislumbrada em 1972 (e, apesar da desilusão, aparentemente ainda desejada em 2003) não era outra coisa que o anseio desenvolvimentista que tem por base a naturalização do trabalho como mediação social (Postone, 2014), incorrendo na incorporação acrítica dos parâmetros de um capitalismo produtivo, compreendido de maneira positiva, ou seja, algo a ser restabelecido atualmente com a eliminação das classes parasitárias e a luta pelos direitos, ou revolucionado por um Estado dos trabalhadores.

Mas quando os padrões de

produtividade se tornam barreiras definitivas para a reprodução do capitalismo enquanto valorização do valor, o que se pode enxergar dentro dos limites da sociabilidade da mercadoria e do Estado de direito será apenas gestão de crise. A partir de tal chave analítica pode-se, por exemplo, rever o papel do trabalho informal na reprodução do capital atualmente. Isso porque, ainda que “no fundo, só a plena validade da mais-valia relativa, isto é, de uma altíssima produtividade do capital, é que permite ao capital eliminar a jornada de trabalho como mensuração do valor da força de trabalho” (Oliveira, 2013, p. 137), nada garante que por isso o capital passe a “utilizar o trabalho abstrato dos trabalhadores ‘informais’ como fonte de produção de mais-valor” (Oliveira, 2013, p. 137), garantindo sua reprodução. Se por um lado parece relevante salientar a impossibilidade da manutenção dos atuais níveis de acumulação através da extração de mais-valia absoluta dos trabalhadores informais, por outro (e é o que parece mais importante discutir) a questão formulada desta maneira tende a encaminhar novamente o debate para uma espécie de vontade de retorno ao capitalismo produtivo, como se o retorno ao tempo da mais-valia relativa, do capital produtivo e da carteira de trabalho fosse o ponto de chegada da emancipação desejada ou, no melhor dos casos, caminho necessário para uma sociabilidade revolucionada.

A ficcionalização do capital como adiantamento impagá-

vel de trabalho pode assumir múltiplas formas fenomênicas, que escamoteiam seu novo caráter sistêmico. Nesse sentido, é importante mencionar, ainda que de modo ligeiro, algumas dessas formas aparentes que se fizeram ou fazem presentes na área pesquisada. Por princípio os gastos infraestruturais (aqui inclusos aqueles referentes aos programas de desenvolvimento do turismo, mas não só) empenhados pelo Estado, ainda que executados como programas de modernização planejada, são capitais empenhados de maneira improdutivo, assim como os “gastos sociais” – no que se destacam na área estudada a importância da aposentadoria rural⁹ e de programas de distribuição de renda como o Bolsa Família, que muitas vezes garantem a subsistência de três ou quatro gerações de uma família. Inquirir a origem do dinheiro que move a economia do turismo, ou seja, quem são seus consumidores, não como crítica moral dessa ou daquela *persona*, mas buscando seus fundamentos econômicos, certamente apontarão também que boa parte dos turistas vivem de atividades improdutivas do ponto de vista da acumulação capitalista. Em outras palavras, ainda que alguns ostentem os signos do poder social, tais não passam de consumidores improdutivos.

Mas, mesmo que o capital fictício seja a mediação central de nossa sociabilidade, a reprodução das pessoas ainda se faz na concretude do cotidiano. Nesse sentido, o cotidiano se faz como representação con-

9 - “A Previdência Rural é menos uma previdência e mais um vigoroso programa de redistribuição de renda. Essa é hoje uma fonte importante de renda para muitos municípios pobres do Brasil.” (Oliveira, 2018, p.65).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

10 - A formulação “subjetivação da objetividade” pode desdobrar debates importantes. Um deles não chega a ser um debate, mas a constatação de que a formulação é na realidade a explicitação da processualidade contida na ideia de personificação de Marx, quer dizer, subjetivação da objetividade é um sinônimo de personificação. Talvez o cariz claramente negativo desse processo na teoria de Marx force um desvio terminológico quando o assunto é a consciência de classe entendida em sinal positivo. Outro desdobramento possível, que se opera a partir de um desvio do sentido atribuído à objetividade na formulação acima (que seria a compreensão da objetividade para além da relação de classe, e sim como forma da mediação social através da mercadoria), seria a abertura do diálogo crítico com as teorias do sujeito e da subjetivação nos seus diversos matizes. Esse esforço demandaria uma historicização radical do conceito de sujeito, o que não cabe desenvolver aqui.

creta (“dispêndio de cérebro, músculos e nervos” (Marx, L.1; T,1; 1996, p.171)) do trabalho produtivo. Esse seria um sentido profundo da ideia de “sociedade do espetáculo” proposta por Guy Debord (1997): ser simulação do capital produtivo operando. Do que se depreende que a matéria da compreensão superficial do conceito, como crítica da mídia e dos simulacros, é no máximo desdobramentos secundários do seu fundamento. Esse aprofundamento do conceito implicaria em não considerar o espetáculo como simples discurso falacioso desta ou daquela *persona*, mas sim como forma de ser da mediação da mercadoria quando já não repõem suas bases reprodutórias. Nessa chave os discursos das *personas* constituiriam momento necessário de seus posicionamentos na disputa por “dinheiro sem valor” (cf. Kurz, 2014).

Retorna-se, então, à questão da representação de classe. Francisco de Oliveira, em 2003, assim se referia ao problema no prefácio de *O elo perdido*: “[...] se, na primeira vez que este trabalho veio à luz [1987], o elo estava perdido, desta vez pode ser que já não mais exista”. O elo era a consciência do trabalhador de sua subsunção ao capital, o elo entre sua condição de classe objetiva e a representação subjetiva que faz dessa condição. Elo que seria a determinante para sua sublevação:

Noutros termos, o operário para re-produzir-se deve vender sua força de trabalho e comprar os meios de sua subsistência; este é o momento objetivo de sua inserção na divisão social do trabalho. Mas não é senão quando ele reconhece o capitalista como aquele que, ilusoriamente – a “ilusão necessária” [Gian-

notti] –, lhe fornece dinheiro de que ele necessita para comprar os elementos de sua subsistência, que se fundam simultaneamente o operariado e a burguesia. Este é o momento da subjetividade ou da subjetivação da objetividade. A constituição das classes repousa sobre este movimento complexo da produção e da reprodução, e as representações das classes umas vi-à-vis das outras formam a trama insubstituível das mediações (Oliveira, 2003, p. 18).

Mas, se hoje a mais-valia não é mais o centro motriz da reprodução capitalista (como argumentado acima e como o próprio autor de certa forma demonstra em “O surgimento do antivaior”) como se dá essa “subjetivação da objetividade”¹⁰? Como sugestão de análise podemos apontar que vivemos a exacerbação do polo do consumo na constituição da *persona* do trabalhador/consumidor. O diagnóstico histórico de que tendencialmente o consumidor vem ultrapassando o trabalhador na constituição da personalidade contemporânea não é novidade. A sociedade de consumo é um tema já consagrado nas ciências sociais, mas o importante é entender seus nexos com a lógica reprodutiva do capital e colocá-la em perspectiva histórica para estabelecer os seus fundamentos. Nesse sentido, seria formando a subjetividade de consumidores que a objetividade da reprodução ficcionalizada do capital constitui um de seus principais dispositivos de mobilização atualmente.

É claro que o duplo não se desfez, um despossuído somente será consumidor sendo também trabalhador, ou trabalhador espetacular (Debord, 1997). Mas, ao mesmo tempo que arregimenta o trabalho, o processo parece se mover pela mobilização do consumidor,

seja através da propaganda, seja negando-lhe o acesso (expropriação) à dita riqueza efetiva e alienando-o dos saberes que possibilitariam este acesso. Por isso à coerção do trabalhador imposta por um terceiro no processo produtivo se acrescenta a exacerbação de sua autodisciplina e flexibilidade, coagido pelo terror de não ter os meios para participar das trocas mercantis. O que está longe de ser resolvido é o destino da massa crescente dos supérfluos¹¹ (Scholz, 2016) que a produtividade monstruosa produz:

A superfluidade objectiva é a verdadeira categoria, a que é decisiva, não simplesmente a precariedade, que é o mero sentimento disso e que parece ser o subjetivamente verdadeiro, com a manutenção de uma atividade profissional seja de que tipo for, que deve ser mantida incondicionalmente, nem que seja na forma de um pós-moderno empresariado de si mesmo, tendo por fundo uma sociedade do trabalho concebida como ontológica. O medo de tornar-se supérfluo é tão grande que apenas consegue identificar-se a si mesmo teoricamente como o tornar-se precário, sendo assim tabu o chegar ao fim absoluto da sociedade do trabalho; este é o horror puro e simples para o precário, que se vê obrigado a posicionar-se no interior de relações em decadência para se poder manter a si mesmo como ser que se esforça ao máximo (Scholz, 2016: s/p).

Se em 1930 tinha início a formação do Estado nacional brasileiro, o que em outros termos podemos entender como a internalização da metrópole pelo território nacional em formação, esse processo se perpetua até os dias de hoje como ficção e espetáculo. O que estamos sugerindo é que com o planejamento (incluído aí o planejamento do turismo) a metropolização alcançou a Chapada Diamantina. Porém, tal processo já se dá sobre as bases do capital fictício, expropriando e criando novas necessidades sem oferecer os meios de supri-las. Quer dizer,

a metropolização chega naquela área sobretudo formando consumidores, mas consumidores sem trabalho.

Os exemplos abrangem todo universo da vida cotidiana dos moradores da área, mas talvez um dos mais trágicos diga respeito à escalada da violência ligada ao narcotráfico. Durante os trabalhos de campo em Lençóis os assassinatos ocorridos na cidade foram tema cotidiano de conversas mantidas com alguns interlocutores, sobretudo no bairro do Alto da Estrela. O perfil dos mortos reproduz as estatísticas nacionais à escala local: homens, jovens, negros ou pardos e de baixa escolaridade. Via de regra as mortes estão vinculadas às dívidas e disputas do tráfico de drogas, ao menos são sempre esses os motivos apontados.

Grosso modo, a interpretação popular corrente se faz como culpabilização dos indivíduos, eles são quem escolhem entrar na “vida errada”, segundo o discurso mais frequente. Entre os moradores mais velhos, aqueles que viveram uma Lençóis “regional”, é comum o entendimento de que os jovens de hoje “querem tudo fácil”, “não gostam de trabalhar”, ou mais diretamente que “são vagabundos”. Tal leitura emerge da comparação inevitável entre as condições atuais da vida material e aquelas de um período em que a fome ainda mobilizava trabalho. Do que é interessante notar que tal comparação raramente é feita em termos monetários, como renda per capita por exemplo, o que se dá pela simples impossibilidade

11 - “Tudo isto tem de ser entendido no quadro de uma crítica geral da dissociação-valor, como crítica que a si mesma se afirma e simultaneamente se restringe.” (Scholz, 2016, s/ pág.)



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

de assim fazê-la pois o dinheiro era coisa muito mais marginal naquele período.

Por trás do conservadorismo, a opinião corrente revela a historicidade da pobreza, ou seja, não se trata de uma condição material estática, mas sim de uma objetividade relativa e socialmente constituída. Nos termos da riqueza efetiva (valor de uso) nos tornamos muito mais ricos como sociedade, o falso é que seja o acesso à riqueza efetiva a finalidade dos esforços do trabalho e dos projetos de modernização. Este é justamente o fetichismo da mercadoria operando como forma de consciência do processo social, talvez o elo que o mantenha. A necessidade dessa estrutura social de criar consumidores cada vez mais potentes (vide a importância da propaganda para entuchar-nos goela abaixo e acima, quer dizer, no estômago e na fantasia, novas necessidades) não é simples maquiavelismo da grande indústria, mas uma das resultantes dos esforços desesperados de salvar o trabalho como mediação social de sua crise.

O adiantamento da infraestrutura executado pelo planejamento estatal de fato retirou a Chapada Diamantina do relativo isolamento em relação à porção metropolizada do país, e a jogou definitivamente na condição de periferia. O Estado nacional chega como corpo repressivo, que criminaliza uma série de práticas de acesso direto aos recursos e que também reproduz a forma da violência policial característica dos grandes centros. Chega também

uma série de novas mercadorias do maravilhoso mercado global e seus consumidores arquetípicos exemplares na figura dos turistas, que reorganizam o padrão da desigualdade e os parâmetros da pobreza. Chega emprego também, não se pode negar, sobretudo na forma de postos precários e sazonais vinculados ao turismo, mas que estão longe de corresponder a um processo de valorização do valor. O descompasso entre o prometido e o acessado acaba constituindo motivo suficiente para os jovens, inexploráveis como trabalhadores e em busca de dinheiro, engrossarem as fileiras das facções, que também chegaram durante a última década em Lençóis, como brinde indesejado do pacote da modernização turística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, F. E. M. *Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina*. Salvador: UFBA, 2006.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HARVEY, D. *O ajuste espacial, In: A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO CHICO MENDES. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina*. Brasília, 2007.

KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Ascensão do dinheiro aos céus*. 2002. <http://obeco.planetaclix.pt> (acesso em 10/03/2012)

_____. *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, 2014.

MANGILI, L. P. *Anseios, dissonâncias, enfrentamentos: o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia)*. Tese de Doutorado, FAU/USP, 2015.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

OLIVEIRA, F. de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Crítica da Razão Dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo: 2013

_____. *O Surgimento do Antivalor – Capital, Força de Trabalho e Fundo Público*, Revista Novos Estudos, número 22, 1988.

_____. *Brasil: uma biografia não autorizada / Francisco de Oliveira*. São Paulo: Boitempo, 2018.

OURIQUES, H. R. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Editora Alínea, 2005.

POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUEIROZ, L. A. de. *Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019
ISSN 2175-3709

SCHOLZ, R. *Cristóvão Colombo Forever?*, 2016. http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm (acesso em 10/11/2017)

SERRER, P. B. *Estudo sobre as imagens fotográficas da Chapada Diamantina*. 2018. Dissertação de mestrado, PPGH/FFLCH/USP.

TOLEDO, C. A. *A região das Lavras Baianas*. 2008. Tese de doutorado, PPGH/FFLCH/USP.